

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS  
REGIÃO 5

# Programa Plataformas de Cidadania

---

Proposta do Projeto de Educação Ambiental  
Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia  
de Campos – Linha de Ação B

**Fevereiro de 2013**

## 1- Previsão do recorte espacial

A definição do recorte espacial desta proposta contempla todos os municípios selecionados pela empresa na proposição de atuar na Linha de Ação B, por critérios de área de influência relacionados à distribuição de *royalties*, com o recorte pautado na análise daqueles com maior grau de dependência desses recursos na arrecadação municipal.

Assim este projeto de Educação Ambiental (EA) no âmbito da implementação das medidas de mitigação de impactos socioambientais de licenciamento ambiental inserido na Linha de Ação B – “Controle Social da aplicação de *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural” (NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA No 01/10), se propõe atuar e intervir - diretamente e indiretamente - sobre a população de 10 municípios dessa região, todos localizados no Estado do Rio de Janeiro.

A identificação e seleção dos municípios foram realizadas a partir da matriz de dados do Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-BC que internalizaram o histórico e os resultados gerados pelas ações vinculadas ao processo de Licenciamento Ambiental empreendidas pela Petrobras. Os municípios selecionados para este projeto são: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra.

No contexto territorial recortado, a geração de *royalties* das atividades de prospecção e de exploração petrolíferas se distinguem por serem altamente impactantes positiva e negativamente gerando recursos de vulto e passivos sócio-ambientais de difícil mitigação. Sua lógica de distribuição não vem de escolhas políticas, senão das condições geofísicas, inserindo-se muito frequentemente em municipalidades historicamente pobres e desiguais, onde são recebidas com as mais altas expectativas de trazerem o desenvolvimento, o bem-estar e a superação do quadro de desigualdades. Estes municípios que compartilham o fato geográfico de estarem localizados na plataforma continental contígua aos poços de petróleo explorados nesta bacia respondem juntos por, aproximadamente, 84% da produção nacional de petróleo e de 42% do gás Natural (dados de 2009), espalhada em 55 campos em operação. Esta realidade se agrava devido às regras de rateio das compensações financeiras (PIQUET, 2012).

Na região dos municípios petro-rentistas da Bacia de Campos, de orçamentos milionários, se consolida o fenômeno paradoxal denominado o “desafio da abundância”, que se traduz no descompasso entre a capacidade de planejar o gasto e o ritmo crescente

das receitas; na desinformação e ausência de transparência na contabilidade pública destes recursos e na chamada “preguiça fiscal” resultante da lógica tributária de não incomodar o contribuinte-eleitor na medida em que as compensações petrolíferas cobrem as necessidades de gasto das prefeituras. Este conjunto de fatos redundando de modo geral na polarização espacial da riqueza pública e da distribuição de renda no interior dos territórios produtores reproduzindo altos níveis de desigualdade, pobreza e exclusão assim como a formação social de cidades “sem crítica”, devido –sobretudo- ao poder amplo de cooptação e corrupção dos organismos políticos da sociedade civil.

Dados recentes do Relatório Final do DP PEA BC revelam a ausência de controle social sobre as ações das políticas sociais municipais, como resultado do enfraquecimento da sua organização social e um padrão regional no qual a discussão sobre os *royalties* se dá no campo das incertezas, desinformação e negatividade.

Nesta proposta busca-se chamar a atenção dos sujeitos da ação educativa acerca do aspecto positivo e fundamental, para a vida democrática das comunidades atingidas pela economia dos *royalties*, do acesso à informação (como direito constitucional) e do conhecimento reflexivo sobre as etapas e dinâmicas envolvidas nas participações governamentais dos recursos da renda petrolífera.

## 2 - Público previsto

A escolha do público do projeto foi elaborada em consonância com as diretrizes delineadas pela CGPEG e identificada e postulada a partir dos dados provenientes do Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012) e das orientações sugeridas pela equipe técnica de socioeconomia da Petrobras. Foi considerado como valor agregado deste recorte de público o conhecimento empírico da equipe e o saber institucional transferido pelo IBAMA e adquirido e aprimorado pela empresa ao longo de sua participação qualificada no Licenciamento na região. Deste modo busca-se direcionar este recorte de público para assegurar o atendimento ao previsto na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAM 01/10, cujo objetivo da Linha de Ação B é “apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público municipal” (grifo nosso).

A partir deste entendimento e dos resultados evidenciados no Diagnóstico Participativo da PEA-BC, o perfil do público foi estabelecido numa dinâmica que envolveu

os seguintes passos: a) contextualização bibliográfica do tema *royalties*, análise crítica da documentação disponibilizada a respeito do histórico do processo de Licenciamento na Bacia de Campos e síntese conclusiva; b) leitura do cenário político, econômico e social fixado no DP em torno da questão dos *royalties* do petróleo e c) o recorte do problema à luz da conjuntura nacional/regional, visando uma articulação orgânica com os desafios provenientes de promoção de processos educativos voltados para o desenvolvimento de uma gestão ambiental compartilhada e cidadã. Em suma: a reflexão sobre o recorte do público previsto nos permitiu refletir sobre o papel estratégico da temática dos *royalties* no Licenciamento Ambiental. A partir daí, construímos hipóteses e questões de trabalho orientadoras para o desenho de ações mitigadoras, pautadas na identificação dos grupos sociais afetados pelos efeitos regressivos da desinformação sobre as políticas municipais de gestão de *royalties* na Bacia de Campos.

**Público direto:** serão os sujeitos diretos da ação educativa.

- Representantes de agentes comunitários e lideranças comunitárias de grupos sociais mais vulneráveis aos impactos da indústria do petróleo, identificadas no Diagnóstico Participativo do PEA-BC (membros de associações de moradores urbano-periféricos, de comunidades quilombolas; de trabalhadores rurais e assentados; e membros de associações e colônias de pescadores).

**Público indireto:** serão os sujeitos indiretos da ação educativa que serão beneficiários das atividades desenvolvidas pelos núcleos de vigília e participarão das atividades abertas de caráter público.

- Representantes de associações comerciais, cooperativas, sindicatos e agremiações representativas da sociedade civil, sindicatos e associações de professores da rede pública e privada; agremiações estudantis universitárias dos municípios referidos, sustentam posições sociais e papéis ativos no âmbito produtivo e social dos municípios selecionados.

### 3 - Objetivos específicos

- Promover a discussão pública dos processos de distribuição e aplicação dos recursos financeiros provenientes das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) desenvolvendo, mediante a inter-relação dos grupos afetados e segmentos representativos da sociedade civil, estratégias e ações coletivas que os auxiliem por meio do conhecimento e das tecnologias a efetivar o

direito ao acesso às informações sobre os *royalties* na esfera do poder público municipal, qualificando-os e alargando as formas democráticas instituídas de participação no controle social dessas receitas.

- Aplicar procedimentos metodológicos de caráter dialógico que gerem conhecimento e habilidades facilitadoras da aquisição, compreensão e produção de informações, bem como o desenvolvimento de atitudes necessárias à participação individual e coletiva na gestão do uso dos *royalties* e na formulação e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio físico-natural, social e construído;
- Promover investigações científicas no campo interdisciplinar da EA que subsidiem processos de Licenciamento Ambiental.

#### 4 - Metodologia prevista

A concepção de educação ambiental na gestão pública do ambiente aqui adotada se inspira no conjunto de diretrizes, normas e ações de educação ambiental no licenciamento sob responsabilidade da CGPEG/IBAMA e na Instrução Normativa n. 02/2012 e se completa em sua especificidade com ferramentas provenientes do campo interdisciplinar da socioanálise e da vigília cidadã.

A metodologia elaborada tem se pautado na observação das exigências provenientes de Pareceres Técnicos emitidos pela CGPEG/IBAMA visando incorporar ferramentas que facilitem um monitoramento regular do cenário regional dos *royalties* e estimulem a ampliação e participação qualificada dos grupos sociais, sujeitos do processo educativo, eixo deste projeto. A integração metodológica proposta permitirá também, em etapas sucessivas, aprofundar o conhecimento dos perfis dos grupos participantes.

A informação e o conhecimento compartilhado dos grupos vulneráveis da sociedade são ferramentas imprescindíveis que devem ser desenvolvidas para subsidiar a geração de processos coletivos, que contribuam a efetivar e garantir tanto a justiça intergeracional, quanto o controle social da aplicação de *royalties* e a diversificação das economias municipais em prol da mitigação de impactos socioambientais e políticos resultantes do empreendimento petrolífero.

Nessa direção, o recorte metodológico adotado auxiliará aos sujeitos da ação educativa - diretos e indiretos - dos municípios envolvidos, na descoberta e detalhamento da natureza “invisível” dos impactos socioeconômicos e políticos dos *royalties*, assim como dos entraves produzidos na compreensão pública da aplicação e gestão municipal das

rendas petrolíferas na BC. A carência de informação pública do cidadão e de transparência na gestão dos *royalties* nos municípios que compõem os *Territórios do Petróleo* conspira significativamente para o aumento de sua complexidade e a ausência de estratégias para o controle social.

A vigília dos *royalties* compreende basicamente três tipos de atividades complementárias que serão foco das ações educativas: a) Reunir e analisar informação a respeito da contabilidade pública dos *royalties* nos municípios da BC (arrecadação, composição orçamentária e destinos da utilização dos recursos); b) Ler, discutir e sintetizar a informação: interpretar e elaborar informes, assim como formar uma visão prospectiva baseada em cenários econômicos futuros da BC; c) difundir a informação: oferecer um acesso diverso, ampliado e facilitado aos atores setoriais em suportes múltiplos (público indireto). Sequencialmente, serão aplicadas técnicas participativas (oficinas; construção de mapas cognitivos; cursos de capacitação; reuniões comunitárias; visitas técnicas) e outros recursos pedagógicos, como palestras e seminários, que permitirão que aflorem e se conjuguem interesses e que os indivíduos se reconheçam como sujeitos sociais capazes de determinar “os processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais” (NT, 2010).

A análise e diagnóstico sócio comunicacional de comunidades e organizações<sup>1</sup>, proposta para ser utilizada como ferramenta metodológica deste projeto, consta de um roteiro de observação social e um dispositivo para análise e diagnóstico em coletivos sociais, aplicando estratégias participativas de informação/comunicação grupal e comunitária. Este dispositivo oferece categorias e dimensões de observação de práticas sociais e processos comunicacionais aplicando uma metodologia empírica para investigar o funcionamento e os modos de apropriação e **cultivo do entorno** em seus múltiplos contextos (materiais, sociais, culturais e psicológicos). A socioanálise vinculada às atividades previstas de vigília permitirá o desenho, execução e acompanhamento de ações educativas pontuais para o aumento da compreensão da questão dos *royalties* subsidiando processos de formação qualificada dos grupos afetados pela desinformação e desmobilização perante o impasse no controle social dos *royalties*. Propõem-se nessa

<sup>1</sup> A proposta se fundamenta em: VIZER, E. A. *Socioanálisis: metodología de investigación, análisis diagnóstico e intervención social*. Savia No. 5. México: Universidad de Sonora, noviembre 2007 e VIZER, E. A. & CARVALHO, H. *Socioanálisis, acción colectiva e intervención social estratégica*. Revista Savia No. 5. México: Universidad de Sonora, noviembre, 2007 e VIZER, E. A. & FERREIRA, J. *Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias*. In: Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação. Parte I, perspectivas teóricas. SP: Paulus, 2007.

direção duas modalidades de ações educativas: umas focalizadas e fechadas (oficinas e cursos) para o atingir o público direto do projeto e outras complementares, compostas de ações integradoras de caráter transversal (atividades de sensibilização e encontros regionais) para, ao longo do processo, influenciar e atingir o público indireto objeto deste projeto.

O processo seletivo dos membros das oficinas previstas se dará em etapas. A primeira, mediante um reconhecimento do campo e de uma abordagem etnográfica, progressiva e presencial da equipe nos âmbitos de ação pré-determinados. A mesma estará pautada pelo mapeamento preliminar dos potenciais sujeitos da ação educativa emergentes a partir da leitura dos resultados do Diagnóstico Participativo do PEA-BC. Num segundo momento, já identificados e contatados pela equipe, os potenciais sujeitos serão convidados a participar das atividades de sensibilização previstas em cada município. Sobre o conjunto dos sujeitos mobilizados nessa ação serão aplicados questionários com o objetivo de conhecer os níveis de percepção e compreensão pública da problemática da indústria do petróleo e dos *royalties*. Esta medição inicial nos permitirá estabelecer um patamar de “conhecimento” que servirá para um nivelamento do registro comunicativo e, finalmente, de referência para dimensionar o grau de efetividade da ação educativa proposta.

A Vigília Cidadã busca se associar à EA para combater o déficit informacional verificado na sociedade. Postula-se disponibilizar um novo ambiente de ensino-aprendizagem para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades que facilitem aos sujeitos da ação educativa a compreensão dos benefícios, riscos e implicações ambientais decorrentes do desenvolvimento socioeconômico e da renda dos *royalties* e participações especiais oriundas das atividades petrolíferas na região. Ao mesmo tempo, aspira produzir em cada município novos foros de discussão e produção cooperada de insumos (conteúdos didáticos) para formação e inclusão de novos atores na, até hoje restrita, discussão pública sobre os *royalties* do petróleo na Bacia de Campos.

A noção de vigília nos remete a “um estar acordado”, a um estado de alerta. A definimos como o domínio da informação necessário para promover a vigilância cidadã sobre a gestão municipal da renda petrolífera na BC. Propõe o exercício de compartilhar a informação aumentando o capital simbólico dos sujeitos da ação educativa. Isto se fará estimulando em cada município o desenvolvimento de uma “inteligência coletiva” apta para imaginar um futuro comum desejado e inventar os meios reais para atingi-lo, num enfoque de planejamento cooperado.

A vigília passa a ser um dispositivo social que, uma vez constituído nos municípios selecionados, promoverá uma inter-relação física e virtual em rede entre os sujeitos da ação educativa, aproximando-os pelo diálogo e pelo compartilhamento de experiências e rituais comuns.

A metodologia da vigília visa propiciar um agir comunicativo que sustente uma mediação eficaz entre a esfera pública e os segmentos da sociedade, considerados sujeitos da ação educativa. Configura um serviço de suporte e orientação para a cidadania, baseado na co-gestão de num conjunto de atividades que implicam estar informado de forma permanente e ao mesmo tempo estudar e entender os cenários, as mutações e permanências, visualizando o que está em jogo no dia a dia da vida nos *territórios do petróleo* fluminense. Este método auxiliará os grupos sociais participantes do projeto na preparação das estratégias coletivas e possíveis respostas aos desafios da participação política nos processos decisórios e na preparação para a gestão do controle social dos *royalties*. Esta ação coletiva produzirá um “novo” canal de informação depurada, que servirá como um foro de discussão para ajudar aos grupos participantes do projeto a se nivelar e qualificar para decidir. Os sujeitos da ação educativa serão qualificados para gerar informações como ativos sociais, que adquirirão no processo do Licenciamento um valor agregado político estratégico, facilitando a articulação, o diálogo e a tomada de posição dos atores envolvidos no jogo democrático do controle social dos *royalties* na BC.

Todo este processo de formação e constituição dos núcleos de vigília será desenvolvido a partir de momentos:

- a. Identificação e mobilização dos sujeitos da ação educativa de cada município, por meio da realização de atividades e eventos específicos (palestras, oficinas, mini-cursos, exposições, festivais e mostras) dedicados à sensibilização dos mesmos na questão dos *royalties*, o mundo do petróleo e sua importância na vida cotidiana.
- b. Realização de oficinas de Vigília abertas ao público pré-selecionado no decorrer da etapa anterior onde serão qualificados na instrumentalização técnica da metodologia da vigília cidadã e para a gestão e co-planejamento dos núcleos municipais.
- c. Realização de oficinas de alfabetização digital e linguagem de comunicação.
- d. Criação dos núcleos municipais de vigília cidadã e definição dos arranjos institucionais capazes de dar suporte às ações pretendidas pelos sujeitos.
- e. Formação continuada de lideranças, articulada ao Projeto NEA-BC.
- f. Realização de um evento anual de avaliação, por município participante.

g. Realização de um evento regional de integração territorial da BC que congregue os representantes dos grupos atuantes nos núcleos de vigília constituídos e divulgue à comunidade (público indireto) a produção dos núcleos, servindo como âmbito de discussão, troca e enriquecimento de experiências.

## 5 – Metas

1. Promover a integração dos sujeitos da ação educativa por meio da realização anual de um ciclo de atividades de sensibilização sobre a temática do “Territórios do Petróleo” composto por 10 eventos, um por município.
2. Selecionar 20 (vinte) sujeitos diretos da ação educativa, por município, para desenvolver os núcleos de vigília em cada unidade territorial escolhida.
3. Realizar de duas oficinas por município para a criação de “Núcleos de Vigília Cidadã”.
4. Promover de três cursos de Alfabetização Digital nos níveis básico, intermediário e avançado.
5. Promover de uma oficina de Comunicação por município.
6. Desenvolver um espaço virtual de comunicação transmidiática com acesso a uma rede social, ao final do primeiro ano, para integrar os atores do projeto.
7. Desenvolver um banco de dados e imagens sobre a experiência do projeto como um todo e dos 10 municípios que compõem o projeto, integrado ao espaço virtual.
8. Elaborar e distribuir cartilhas para o público direto e indireto, sobre a temática dos *royalties*.
9. Promover anualmente um encontro de avaliação do projeto por município.
10. Promover um encontro regional para intercâmbio e integração de experiências.
11. Produzir uma série de 10 vídeos temáticos, intitulados “Territórios do Petróleo”, para serem divulgados pela web.
12. Elaborar e publicar uma coletânea de artigos científicos sobre a experiência do projeto “Territórios do Petróleo”.

## 6 – Indicadores

1. Número de participantes no ciclo de atividades de sensibilização.
2. Número de participantes nas oficinas para “Implantação de Núcleos de Vigília Cidadã”.

3. Quantidade de núcleos de vigília formados.
4. Número de participantes nos cursos de Alfabetização.
5. Número de participantes nas oficinas de comunicação.
6. Número de vídeos de comunicação produzidos e publicados.
7. Espaço virtual de comunicação transmidiática (site) criado.
8. Banco de dados e imagens criado.
9. Cartilhas criadas e distribuídas.
10. Número de participantes do encontro de avaliação anual.
11. Número de participantes do encontro regional.
12. Coletânea de artigos sobre a experiência do projeto “Territórios do Petróleo” publicada.

## 7 - Resultados Esperados

1. Aumento do grau de informação, conhecimento e compreensão da dimensão pública da renda petrolífera e seus efeitos na BC por meio da aplicação do questionário no início e ao final do projeto.
2. Acesso ampliado à cidadania digital.
3. Formação de uma rede de núcleos de vigília.
4. Aumento de consciência acerca da importância do controle social da renda petrolífera nos municípios da BC por meio da aplicação do questionário no início e ao final do projeto.

## 8 - Perfil dos profissionais envolvidos

**Responsável Técnico e Coordenador Geral:** Dr. Marcelo Carlos Gantos (Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro), doutorado em História Social da América pela UFF. **Coordenadora Pedagógica:** Professora Associada da UENF. Doutora em Educação pela PUC- Rio de Janeiro. **Coordenador Técnico:** Aldo de Brito Magalhães, Mestre em Gestão Ambiental pela UFF, gerente de Meio Ambiente da Petrobras na Unidade de Operações da Bacia de Campos (UO-BC).

Além dos profissionais citados, a equipe executora será composta por outros professores pesquisadores da UENF, consultores especialistas, profissionais nas áreas correlatas ao projeto, alunos de graduação e pós- graduação e agentes de campo. Dentre os

agentes de campo, estarão os polinizadores (co-gestores), de acordo com o interesse e a disponibilidade dos mesmos.